

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDERURAL – 26/04/2017.

I. Introdução: Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, tendo por local a sala de reuniões da SAR, cito à Rodovia Admar Gonzaga, 1486, Itacorubi, Florianópolis, SC, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, convocados para a reunião ordinária através do Ofício Circular nº 006/2017/SAR/Cederural de 17 de abril de 2017, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Inserção de um representante da SAR em todas as Câmaras Setoriais; 3) Solicitação de apresentação pelos membros da CS da Mandioca; 4) Resolução nº 026/2017/SAR/Cederural, altera e revoga a Resolução nº 020/2016/SAR/Cederural que dispõe sobre o Programa Terra Boa – Sementes de Milho ano de 2017; 5) Resolução nº 027/2017/SAR/Cederural, altera e revoga a Resolução nº 022/2016/SAR/Cederural que dispõe sobre o Programa Terra Boa – Kit Apicultura e Subvenção Projeto Abelhas Rainhas; 6) Assuntos gerais. A Secretária Executiva, Francieli Magri, ao verificar que havia quórum regimental, abriu a reunião ordinária do Cederural dando as boas vindas a todos. Informou que o item 3 da pauta foi removido, pois os representantes da Câmara Setorial da Mandioca não puderam estar presentes. Estavam presentes Athos de Almeida Lopes Filho, diretor de Cooperativismo e Agronegócios que presidiu a reunião, Audi e Hilário, representantes da SAR, Flavio Jean Garlet, do Banco do Brasil, Jacir Massi, representante do MAPA, Jose Walter Dresch, representante da FETAESC, Clemerson Pedrozo, representante da FAESC, Gabriela Lopes, representante da FATMA, Gustavo Seleme, representante da FIESC, Dilso Barcelos, representante do MST e, Francieli Magri, secretária executiva do Cederural.

II. Encaminhamento da reunião: Item 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os conselheiros receberam a ata por e-mail e não havendo necessidade de alterações, deu-se por dispensada a leitura da ata anterior e a mesma foi aprovada sem ressalvas do Conselho.

Item 2. Inserção de um representante da SAR em todas as Câmaras Setoriais. Francieli informou a todos que esta já havia sido uma solicitação do secretário Moacir Sopelsa e algumas câmaras também têm solicitado uma representação da SAR. Reafirmou a importância de todas as câmaras estarem ativas para fortalecimento dos setores e da importância da SAR fazer parte de todos os debates que ocorrem nas câmaras. Gabriela afirmou que a participação da SAR nas câmaras é de extrema importância para a secretaria e para as câmaras. Athos também aprovou a participação de um representante da SAR em todas as câmaras. Os demais conselheiros não apresentaram nenhuma objeção e aprovaram este item da pauta. Ficou definido, assim, que a indicação dos representantes será efetuada após discussão deste assunto com o secretário.

Item 3. Solicitação de apresentação pelos membros da CS da Mandioca. Removido da pauta.

Item 4. Resolução nº 026/2017/SAR/Cederural, altera e revoga a Resolução nº 020/2016/SAR/Cederural que dispõe sobre o Programa Terra Boa – Sementes de Milho ano de 2017.

Athos informou que a resolução foi aprovada em dezembro de 2016 e em conversa com a Cidasc eles informaram que algumas empresas que operavam o Programa Terra Boa não tinham registro para venda de sementes na Cidasc e no MAPA. Solicitaram que as empresas precisam ter o registro para se cadastrarem no programa. Outra alteração diz respeito aos grupos de sementes. No Grupo IV foi removida a exigência “sem tratamento de sementes”, agora este grupo contempla sementes tratadas ou não tratadas. Outra alteração diz respeito ao pagamento o valor pago pelo produtor era variável para o próximo ano. Antes havia variação de valores dentro de um mesmo grupo de acordo com o valor da semente. Agora esses valores foram fixados de acordo com o grupo. A data de 30 de abril foi fixada para que todos os produtores que tiverem interesse em participar do programa façam o cadastramento. As empresas que tiverem preços abusivos ou não forneçam clareza nas negociações serão excluídas do programa. Haverá publicação em todas as agropecuárias com o valor máximo que poderá pagar em todas as cultivares. Antes havia variação de preço de 140%. Segue o texto da resolução: **Art. 4º** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, irá publicar os preços máximos de venda

referentes às cultivares autorizadas no programa, preços estes que deverão estar expostos nas lojas, em lugar acessível aos produtores. § Único - O descumprimento dos limites de preços impostos ou a desobediência de qualquer dispositivo do regulamento publicado pela Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, que vise o desvio dos objetivos propostos pelo programa ou aproveitamento ilícito de recursos públicos, será penalizado através da exclusão das credenciadas infratoras, não as eximindo da reparação de eventuais prejuízos causados aos produtores beneficiários e a devolução de recursos públicos recebidos indevidamente. Estas alterações foram aprovadas por unanimidade pelo conselho.

Item 5. Resolução nº 027/2017/SAR/Cederural, altera e revoga a Resolução nº 022/2016/SAR/Cederural que dispõe sobre o Programa Terra Boa – Kit Apicultura e Subvenção Projeto Abelhas Rainhas. Athos informou que antes havia um limite de 350 (trezentos e cinquenta) kits e que agora o interesse é ampliar disponibilizar 470 (quatrocentos e setenta) kits. Apenas recebem esses kits de melhoria de apiários apicultores que receberam capacitação. Os resultados do programa estão bem interessantes o que está gerando uma demanda crescente. Também informou que a FAESC fez um censo da apicultura catarinense que está publicado na revista Zoom. Este levantamento inclui número de produtores, quantidade de produção, capacitações e demais informações. O BB participou com aporte de R\$ 1.400,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) e teve participação da UFSC e do SEBRAE neste levantamento. A alteração no número de kits foi aprovada com unanimidade pelo conselho.

6) Assuntos gerais. a) Athos informou que alguns programas da FDR precisam ser revisados e alterados. Como exemplo, citou o programa de reprodutores de bovino de corte que existe e não tem demanda. Foi identificado que esse programa só atende pronafianos. Alguns produtores não conseguem acessar o programa, pois não se enquadram por possuírem uma área de terra maior. Sugeriu revisar os parâmetros para adquirir os recursos do programa. Houve sugestão de desvincular o programa do Pronaf. Também afirmou aos conselheiros que todas as ideias para criação e melhorias de programas já existentes são bem vindas. Hilário falou sobre a questão na área da pesca artesanal que com a extinção do ministério foi alocado no MAPA. Quando o mapa estava ajustando o processo decidiu-se passar pro Medic e está em transição. Há um posicionamento dos estados do Sul contrários a essa última decisão. Jacir informou que o próprio setor está em dúvidas sobre essa transferência. Jacir informou que no curto espaço de tempo que a pesca permaneceu no MAPA, há 21 servidores atuando na coordenação da pesca, o que ainda é pouco, pois são 61 mil processos ativos entre pescadores, embarcações, aquicultores e demais. As licenças de embarcações que tinham prazo de um ano hoje possuem validade de 3 anos, as carteirinhas de pescador que antes necessitavam ser carimbadas a cada 3 meses no para ter validade hoje em Santa Catarina o que vale é o espelho do sistema. Até mesmo o sindicato pode acessar o sistema e verificar a veracidade e validade das informações. (A pesca possui um potencial enorme, sendo o segundo maior segmento empregador do Brasil. Também informou que Santa Catarina adquire alevinos do Paraná e possui muitos tanques parados. Acredita que o desencadeamento de políticas públicas pela SAR pode alavancar o setor. **b)** Operação carne fraca: Jacir falou que acredita que começou errada e foi mal divulgada, pois a operação era pra fazer denúncia de corrupção e se tornou questão de saúde pública. O estado está sofrendo com esse processo, o impacto foi muito alto principalmente por uma filial de uma empresa do Paraná. Desde que essa empresa se instalou no estado, em 2014, o MAPA avalia a mesma no nível de risco médio alto. Sendo que numa escala de I a IV a empresa estava avaliada como nível III. Isso se deu por conta de algumas fraudes que foram observadas. O MAPA já vinha autuando a empresa e caso ela atingisse o nível IV teria seu CIF cancelado. Após a divulgação das escutas a planta do estado foi interdita e o CIF está em processo de cancelamento. Informou que o MAPA aplica a norma com rigor e não poderia ser diferente. Santa Catarina é o melhor estado sanitário do Brasil, livre de febre aftosa sem vacinação e, juntamente com o rio Grande do Sul, livre de Peste Suína Clássica, conseguidos com muito investimento e muito trabalho. Afirmou que Santa Catarina possui uma das melhores equipes técnicas do Brasil no MAPA, pois todas as missões internacionais de aves e suínos vêm a Santa Catarina e os

mercados mais exigentes nunca apontaram grandes necessidades de mudança. c) Hilário fez menção ao Programa Irrigar, sugerindo um programa nesses moldes onde pudesse armazenar água para proteção no período de oscilação climática, podendo usar para irrigação e atividades de pisciculturas. Sobre a regularização fundiária, informou que a região serrana tem um numero maior de áreas irregulares do que o estimado pelo INCRA. Está havendo um problema com os cartórios que querem fazer desmembramento e os proprietários estão sendo instruídos a solicitar usucapião. 2804 imóveis já foram regularizados e há uma demanda para o FDR de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para regularizar mais 3 mil imóveis esse ano, principalmente na região serrana. Em 2018 os imóveis acima de 25 hectares somente poderão acessar qualquer política pública se tiverem georreferenciamento e a partir do ano de 2023 todos os imóveis deverão estar georreferenciados.

III. Encerramento: Tendo sido esgotada a pauta proposta, a secretária executiva, Francieli Magri, agradeceu a presença de todos os conselheiros, pelo empenho e colaboração na reunião. Em não havendo mais manifestações, eu, Francieli Magri, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada, por este, pelo presidente e membros do Cederural. Florianópolis, 23 de junho de 2017.

Francieli Magri
Secretária Executiva do Cederural